



EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PRÁTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE OS DESAFIOS VIVENCIADOS DIARIAMENTE PELOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR PÚBLICO DE NATAL/RN

Laura Beatriz Peixoto ¹
Davi Cerqueira da Silva ²

RESUMO

A presente pesquisa possui como objetivo central compreender o conceito de educação inclusiva e explanar experiências vivenciadas ao longo de meses na posição de estágio na docência, como auxiliar de alunos com deficiência em uma escola pública do município de Natal/RN. Ao longo dos anos, houve uma difusão quanto ao acesso a informação e a criação de políticas públicas em relação a pessoas com deficiência, conseqüentemente, atingindo os estudantes do contexto de ensino básico no município. Todavia, com a vivência no âmbito escolar, foi observado como a prática pedagógica é falha e limitada com os alunos, até então denominados de “especiais”. Nesse sentido, o estudo adentra, bibliograficamente e com relatos, em reflexões ao identificar e problematizar métodos e condutas que tornam o dia a dia dos estudantes supracitados um desafio. A metodologia aplicada para a construção deste trabalho está pautada em pesquisas bibliográficas que possam a vir contribuir para ponderações sobre a real aplicação da educação inclusiva nas escolas, além do embasamento empírico da experiência na função de auxiliar de alunos com deficiência no município de Natal/RN, concluindo com o resultado sendo um relato de experiência que envolve como a educação pública e inclusiva podem ser portadoras de ações benéficas ao país.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Políticas Públicas, Prática pedagógica, Metodologia, Experiência.

INTRODUÇÃO

A sociedade é diversificada em diferentes modos, desde a personalidade individual de cada um até fatores como classe social, econômica, cultural e muitos outros. Contudo, apesar da diversidade ser algo presente em nossa sociedade, algumas

¹ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, laura.paiva.017@ufrn.edu.

² Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, davicerqueira583@gmail.com

características e comportamentos foram padronizados como “normal” e outras não. Esse padrão de normalidade se fortaleceu e, a grosso modo, todos os indivíduos que estão fora dos conformes socialmente estabelecidos precisavam lidar com ações discriminatórias e exclusão por parte de terceiros.

Ou seja, o leque da exclusão social é tão grande quanto são os mecanismos de imposição de padrões de normalidade aos quais a humanidade esteve submetida historicamente, que preconizam modelos estéticos, de inteligência, de linguagem, de condição econômica e cultural, com que devemos nos conformar, sob o risco de engrossarmos as fileiras dos excluídos socialmente (MATISKEI, 2004, p. 187).

Não obstante, a luta por direitos humanos e a busca pela prática da igualdade que, atualmente, é estabelecida pelo Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, ao afirmar que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.” gerou um movimento repleto de lutas sociais e políticas enfrentadas pelas pessoas com deficiências (PcD) contra atitudes e regras sociais pautadas em segregação e preconceito.

É válido lembrar que, a escola tem papel fundamental na formação do cidadão, logo, o professor como mediador, deve agir de forma coerente no que concerne à construção de benefícios que envolvam todo o corpo escolar, como o apresentado aqui. Nesse sentido, a instituição de ensino precisa estar preparada, estruturalmente, para receber os docentes e discentes, pois com o corpo escolar preparada para tal efeito, a sociedade toda é beneficiada com a construção do saber de forma coerente.

Barreto (1998) descreve que: Na visão de Paulo Freire, o conhecimento é produto das relações dos seres humanos entre si e com o mundo. Nestas relações, homens e mulheres são desafiados a encontrar soluções para situações para as quais é preciso dar respostas adequadas. (BARRETO, 1998, p.56).

Neste sentido, com o novo normal advindo das condições que permaneceram e foram possibilitadas na pandemia, o diagnóstico pedagógico do aluno, em resumo, foi considerado de forma diferente do que normalmente já era feito, tendo em vista que a absorção do conteúdo dele foi pouca e as dificuldades quando havia os encontros presenciais foram notadas de forma mais ávida e em quantidade maior, gerando todo um processo de atraso acadêmico naquele aluno.



Em janeiro de 2015, entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que é destinada a assegurar e promover condições de igualdade aos deficientes, buscando uma maneira de exercer seus direitos e das liberdades fundamentais da pessoa, com o propósito de inclusão social e a cidadania.

Com o termo inclusão passando por um processo de desenvolvimento em todo o planeta, esse movimento reflete no contexto educativo e em 1948 surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos, explicitando o direito de todo o ser humano ter educação escolar.

De acordo com Carvalho et al (2003), no projeto pedagógico de um curso de licenciatura, a prática como componente curricular e os estágios supervisionados devem ser vistos como momentos singulares de formação para o exercício de um futuro professor, o estágio ainda com mais ênfase, pois é no estágio que o acadêmico tem um momento único para ampliar sua compreensão da realidade educacional e do ensino tendo uma relação direta com os alunos e com a escola.

É indispensável não pensar em escola e inclusão ao mesmo tempo. A configuração da educação básica para a formação social é uma evidência de que o Brasil pensa como um país progressista e avante nas ideias preponderantes de ação viabilizadora com mais diversidade nos espaços públicos e privados. Dessa forma, pensar na educação básica, também faz pensar na educação especial.

Conforme Cury (2003, p.55) “educar é acreditar na vida, mesmo que derramemos lágrimas. Educar é ter esperança no futuro, mesmo que os jovens nos decepcionam no presente. Educar é semear com sabedoria e colher com paciência. Educar é ser um garimpeiro que procura os tesouros do coração”.

De acordo com Cunha (2015), a inclusão de Pessoas com Deficiência na escola precisa de fundamentos teóricos, como também da lida diária da prática para estabelecer dados concretos que incentivem, guiem e deem segurança aos educadores. Também é preciso que o sistema de Educação Inclusiva observe as necessidades gerais dos alunos, exigindo da escola sensibilidade em trabalhar com as individualidades.

O relato de experiência traz ao público a reflexão em torno da educação inclusiva, além da prática discente entre os membros da pesquisa que, pela atividade de estágio, realizada na cidade de Natal, houveram interações entre a prática docente e alunos com necessidades especiais.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa foi utilizado o método de pesquisa qualitativa, fenomenológica e bibliográfica quanto a compreensão dos desafios vivenciados pelos alunos com deficiência nas escolas de Natal/RN; assim como o estudo possui caráter quantitativo, com ênfase na análise de pesquisas bibliográficas, a fim de transmitir ao leitor a importância do estudo e como o mesmo pode ampliar percepções de ensino na vida dos profissionais da educação que precisam lidar com essa realidade diariamente.

Durante o curso de graduação começam a ser construídos os saberes, as habilidades, posturas e atitudes que formam o profissional. Em períodos de estágio, esses conhecimentos são ressignificados pelo aluno estagiário a partir de suas experiências pessoais em contato direto com o campo de trabalho que, ao longo da vida profissional, vão sendo reconstruídos no exercício da profissão. (ALMEIDA e PIMENTA, 2014, p. 73)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao adentrar na temática de educação inclusiva, é necessário refletir sobre a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Sabe-se que diversas são as imposições, discriminações e limitações impostas pela sociedade quanto a questão central é tratar temas considerados delicados.

Logo, a escola pode ser vista como uma amostra social que age em reflexo das concepções adquiridas e mantém a dificuldade de quebrar pré determinados paradigmas. Perante o cotidiano vivenciado como estagiários de alunos especiais em duas escolas municipais de Natal/RN, tornou-se possível observar, analisar e lidar com diversas situações, sendo elas experiências positivas ou negativas.

Atualmente, a educação inclusiva é pautada pelas resoluções nº95 de 21/11/2000 e nº 02 de 11 de setembro de 2001 e pela Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Elas dispõem sobre acesso e permanência dos alunos portadores de necessidades especiais (PNEES) no ensino regular, e ações que viabilizam essa nova realidade educacional.

É inegável afirmar que lidar com uma turma com 3 dezenas somado a alunos especiais que necessitam de atenção redobrada é uma tarefa fácil, tanto que é direito do aluno, através da Lei Brasileira de Inclusão (LBI — Lei 13.146/2015) que define três

profissionais para o atendimento ao estudante com deficiência: o atendente pessoal, o acompanhante e o profissional de apoio escolar. Todavia, isto não expurga a obrigação do professor de socializar com o aluno deficiente, desenvolver atividades adaptadas e planejar atividades que sejam capazes de todos os alunos sem exceções.

A atenção primária ocorreu em escolas distintas, a escola trabalhada pelo discente Davi Cerqueira, está localizada na cidade de Natal/RN, na região da Zona Norte, nomeada como Escola Municipal Professora Adelina Fernandes, instituição de funcionamento do ensino fundamental - anos iniciais, pelo turno matutino, e anos finais no turno vespertino. O aluno acompanhado estava na 5ª série do ensino fundamental - anos iniciais, com o laudo de TEA (Transtorno do Espectro Autista).

Para a discente Laura Beatriz, o estágio foi realizado durante o período de 12 meses, acompanhando uma adolescente de 14 anos com Síndrome de DandyWalker. O local de estágio foi a Escola Cívico-militar Profª Maria Alexandrina Sampaio, localizada na zona norte do município de Natal/RN. voltada para o Ensino Fundamental - ano finais nos turnos manhã, tarde e para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno.

Em ambas escolas trabalhadas, a distribuição da construção geográfica é bem pautada, há professores variados da matéria, com turmas completas e atividades sendo desenvolvidas de forma a contemplar o saber do discente que está sendo colocado a prova.

O resultado iminente neste processo se deu pela conclusão da prática de diversidade e inclusão dentro do ambiente escolar, tendo em vista que há uma melhoria na certeza do que o estudante quer seguir futuramente, assim como, a presença prática no acompanhamento com um aluno portador de necessidades especiais e a turma em que ele se encontra, haja vista que isso se inclina, de forma resumida, ao processo didático em sala de aula como formado, em uma preparação como professor para uma turma que há possibilidades de conviver com alguém que precisa de uma atenção a mais.

De antemão, ao passar meses atuando como profissionais de apoio escolar, os autores da presente pesquisa observaram como a conduta dos professores em relação aos alunos com deficiência é limitada, com desânimo ou falta de interesse em colocar em prática a inclusão escolar.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é possível, mas para que isso seja transformado em algo concreto é importante a participação e colaboração de todos, não apenas do aluno, não apenas do corpo docente ou apenas da família, é necessário uma ação em conjunto.

[...] A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. [...] A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. É, portanto, na existência efetiva dos homens, nas contradições do seu movimento real e não numa essência externa a essa existência, que se descobre o que o homem 28 é: indivíduos que manifestam sua vida com sua produção (SAVIANI, 2007, p. 154)

O resultado desta pesquisa, em forma de relato, se dá pela conscientização dos leitores que construíram um pensamento crítico partindo das constatações apresentadas aqui, isso porque quando a forma de ensino é mudada, tudo pode ser implicado a ser positivo ou não, logo, a necessidade de estrutura, condições, inclusão, oportunidade e assiduidade por parte de todos os colaboradores, é algo primordial.

A carestia de inclusão no cenário educacional brasileiro é algo presente, isso condiz no crescimento e progressão da população, que, protegida por lei tem o direito de se estar na escola, independente da sua condição física ou mental, as portas da escola devem estar abertas. Para tal, faz-se necessário que cada vez mais aberturas sejam feitas, seja para a inclusão do aluno atípico, seja para a movimentação de novos professores estagiários desenvolvendo projetos para a instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria I.; PIMENTA, Selma G. **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996

BONETI, L. W. **Políticas públicas 2007 BRASIL. Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em 13/05/2022.

BRASIL. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 06/10/2022.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2013. Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 06/10/2022



CARVALHO, L. M. C.; DIAS-DA-SILVA, M.H.G.F. PENTEADO, M.; TANURI, L. M.; LEITE, Y.F. e NARDI R. **Pensando a licenciatura na UNESP. Nuances: estudos sobre educação, Presidente Prudente**, ano 9, n.9/10, p. 211-232, 2003.

CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes: A educação inteligente; formando jovens educadores e felizes**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2003.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental. 2015**. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002

LIMA, M. S. L. **A formação contínua dos professores nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional**. Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), 2001.

O´SULLIVAN, Edmund. **Aprendizagem transformadora: uma visão educacional para o século XXI**. São Paulo. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. (Biblioteca Freiriana, v.8).

PALACIOS, Agustina. **El modelo social de discapacidad: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad**. Madrid: CINCA, 2008. Disponível em:
<https://www.cermi.es/sites/default/files/docs/colecciones/Elmodelosocialdediscapacidad.pdf>. Acesso em 06/10/2022

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. *Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro*, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 out. 2022

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013